

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E NO FORTALECIMENTO DA AUTOESTIMA DE MULHERES USUÁRIAS DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Cheylla Surama Nunes dos Santos¹

RESUMO

O objetivo do texto consiste em apresentar um relato da vivência relacionada à aplicação de um projeto de intervenção junto a mulheres usuárias de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Nordeste brasileiro, o qual buscou, por meio da conscientização sobre o papel protetivo da família, prevenir a violência e fortalecer sua autoestima e autonomia. O problema de pesquisa que deu origem ao trabalho foi assim delineado: como as intervenções realizadas por programas sociais como o serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) podem efetivamente transformar a percepção e a realidade da violência doméstica, fortalecendo a autonomia das mulheres e garantindo a implementação das políticas públicas de proteção e apoio? Trata-se de um relato de experiência, de caráter qualitativo, utilizando como instrumentos de levantamento de dados o diário de campo da autora e o registro de seis encontros temáticos com 10 famílias. Os resultados mostram que os encontros formativos e, principalmente, o acesso à informação podem ser a maior contribuição para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres. Neste sentido, o Serviço Social cumpre um papel de grande relevância e o assistente social precisa estar preparado para desempenhar essa função.

Palavras-chave: proteção social; vulnerabilidade; violência contra a mulher; serviço social.

INTRODUÇÃO

O termo *violência* é extremamente amplo e pode se referir a uma variedade de formas de agressão, desde as mais brutais, como tortura e assassinato, até aspectos mais sutis de opressão, como desigualdade econômica e normas culturais opressivas. Dentro desse contexto, a violência contra mulheres é uma categoria específica que foi delineada principalmente pelo movimento feminista nas últimas décadas (Schraiber, Lília B.; D'Oliveira, 1999). Essa forma de violência inclui não apenas agressões físicas, mas também abusos sexuais e psicológicos, assédio sexual no trabalho, e outras formas de violência como o tráfico de mulheres e o turismo sexual.

De acordo com Engel (2020), a violência contra as mulheres foi destacada pela Plataforma de Beijing (1995), como uma das doze áreas prioritárias para que as desigualdades de gênero sejam superadas. Foi apontado que essa violência, que pode ocorrer em casa, na comunidade ou ser tolerada pelo Estado, é representada como um dos principais entraves à plena garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das mulheres e meninas.

Atualmente, no Brasil, a violência contra a mulher por parceiros íntimos é um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos. Segundo a

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão I, sob a orientação da Profa. Dra. Hildegard Susana Jung. E-mail: cheylla.202112756@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 21 nov. 2024.

CNN Brasil², nos primeiros cinco meses de 2024, o Brasil registrou mais de 380 mil casos de violência contra a mulher, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa violência se manifesta de várias formas — física, psicológica, sexual, moral e patrimonial — e está enraizada em uma construção sociocultural que impõe papéis de gênero desiguais. O artigo mostra que foram documentadas 380.735 ações judiciais, com 318.514 relacionadas à violência doméstica, 56.958 a estupro e 5.263 a feminicídios, evidenciando um aumento de 78,5% em casos de violência doméstica em um único mês.

Partindo desse contexto, essa pesquisa justifica-se a partir do ponto de que a violência doméstica contra a mulher é um problema histórico e persistente que afeta milhões de brasileiras, abrangendo formas físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais (Souza, 2023). A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que completa 18 anos em 2024, representou um avanço significativo na proteção das mulheres, mas a violência continua a ser uma questão relevante e desafiadora, sustentada por uma cultura patriarcal que perpetua a desigualdade e o silêncio.

Dessa forma, o contexto do presente trabalho origina-se de uma prática de Estágio Curricular obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade La Salle. A vivência foi desenvolvida a partir da aplicação de um projeto de intervenção junto a mulheres usuárias de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o qual buscou, por meio da conscientização sobre o papel protetivo da família, prevenir a violência e fortalecer sua autoestima e autonomia. O problema de pesquisa que deu origem ao trabalho foi assim delineado: como as intervenções realizadas por programas sociais como o serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) podem efetivamente transformar a percepção e a realidade da violência doméstica, fortalecendo a autonomia das mulheres e garantindo a implementação das políticas públicas de proteção e apoio?

Metodologicamente, o artigo consiste em um relato de experiência (Fortunato, 2020), de caráter qualitativo (Deslauriers e Kérisit, 2023), utilizando como instrumentos de levantamento de dados o diário de campo da autora e o registro de seis encontros temáticos com 10 famílias. Ao proporcionar suporte, promover a conscientização e incentivar as vítimas a buscarem seus direitos e a transformação pessoal, o projeto buscou não apenas oferecer apoio, mas também contribuir para uma mudança cultural e social. A intervenção envolveu profissionais, deu visibilidade ao trabalho do CRAS e buscou promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero.

O *locus* empírico consistiu em um CRAS do estado do Maranhão. No que diz respeito à prática do Estágio Curricular, este foi dividido em duas etapas: Estágio I, entre agosto e dezembro de 2023, e Estágio II, de março a julho de 2024, com uma carga horária de 12 horas semanais em cada fase.

Durante o Estágio I foi realizada uma análise institucional do CRAS, onde foram identificadas demandas específicas do público atendido, majoritariamente composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social, além de outras populações como

² Disponível em: <https://shorturl.at/XDh8n>. Acesso em 27.09.2024.

idosos, crianças, adolescentes, famílias indígenas e ribeirinhas. Com base nessas demandas, elaborou-se um projeto de intervenção voltado para o fortalecimento do papel protetivo da família, por meio de ações que visam promover o desenvolvimento da autonomia e autoestima dessas mulheres, abordando expressões de questões sociais vivenciadas no cotidiano do grupo.

No Estágio II, o projeto de intervenção foi colocado em prática com o apoio de uma equipe multidisciplinar e sua execução esteve acompanhada de encontros temáticos com 10 famílias. O texto se subdivide nos seguintes tópicos, a saber: após esta breve introdução, consta o desenvolvimento, contemplando a relação do tema de estudo com a questão social, bem como a descrição da intervenção realizada, acompanhada de sua análise e discussão. Por fim, as considerações finais apresentam os resultados da pesquisa, seguidas das referências bibliográficas que embasaram o estudo.

2 INTERVENÇÕES SOCIAIS DO CRAS NO APOIO ÀS MULHERES: CONTEXTUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

2.1 O Enfrentamento da Questão Social no Contexto do CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) *locus* desta pesquisa está localizado no nordeste brasileiro e foi inaugurado no início do ano de 2005. Classificado como um CRAS de pequeno porte, conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)³, o centro oferece serviços essenciais para a comunidade local com o objetivo principal de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

O CRAS tem a função exclusiva de oferecer o trabalho social com famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e de gerenciar a rede socioassistencial de proteção social básica em seu território. Além disso, orienta as famílias em situação de risco sobre como se inscrever no Cadastro Único, um passo essencial para o acesso a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Entre os serviços disponibilizados estão a Proteção Social Básica, que assegura a sobrevivência e fomenta a integração familiar e comunitária através de diversas ações, como serviços, benefícios, programas e projetos (Brasil, 2009).

³ A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Assim, a aprovação de um novo texto é um evento de destaque, não apenas para a área, mas para toda a sociedade brasileira. Pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovada em dezembro de 2012 pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a nova NOB SUAS expressa os inúmeros avanços conquistados nos últimos oito anos de implantação do SUAS, assim como o processo de priorização das políticas sociais observado no país na última década. Com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, a atenção às populações em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco pessoal e social entrou definitivamente na agenda pública brasileira. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em 29.09.2024.

Atualmente, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no qual foi desenvolvida esta pesquisa conta com uma infraestrutura composta por sete salas, incluindo uma recepção equipada com mesa e cadeiras, uma sala de reuniões (auditório), dois banheiros, um almoxarifado destinado a materiais de expediente, uma sala de atendimento com mesa, cadeira e armários, e uma sala administrativa equipada com mesas, cadeiras, armários, computador e impressora. A equipe do CRAS é composta por 18 funcionários, incluindo coordenadora, assistentes sociais, psicólogas, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais, visitantes sociais e vigias.

Dentro desse contexto, foi observado que os usuários atendidos pelo CRAS são, em sua maioria, famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, falta de renda ou precário acesso a serviços públicos, bem como da fragilização de vínculos familiares e sociais. Grande parte é beneficiária de programas como o Programa Bolsa Família (PBF)⁴, Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁵ e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)⁶. Os serviços oferecidos incluem acolhimento, escuta, orientação, atendimento, acompanhamento e busca ativa, além de articulação com outras redes de apoio, como saúde e educação.

Para Andrade (2016), as famílias que chegam ao CRAS muitas vezes desconhecem seus direitos, e, quando necessário, são encaminhadas para acompanhamento familiar e serviços de saúde e educação. Os assistentes sociais enfrentam desafios significativos em seu trabalho (Ribeiro, 2021). Entre eles, está a falta de compreensão, por parte da população, sobre a verdadeira função desses profissionais, que vai além de ajudar os necessitados. Outro desafio é lidar com a dura realidade das pessoas em vulnerabilidade social, como fome, descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família, e problemas de famílias com uso de entorpecentes.

⁴ O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. O Governo Federal relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, aquelas com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha. Além de garantir renda para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família busca promover a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como esporte, ciência e trabalho. Fonte: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em 27.09.2024.

⁵ Previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. Fonte: <https://shorturl.at/DLh5j>. Acesso em 27.09.2024.

⁶ O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), também compõe a proteção social básica, com vistas a prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. O SCFV organiza-se em grupos, de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade. Fonte: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acesso em 27.09.2024.

O tema de estudo está relacionado ao papel do Serviço Social no atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social, particularmente dentro do contexto do CRAS. A relação entre o tema de estudo e a questão social se dá de forma direta, uma vez que, o Serviço Social, conforme explicam Maia (2018) e Oliveira (2021), é voltado para enfrentar as expressões da questão social, que incluem a pobreza, a exclusão social, a violência, a violação de direitos, e a precariedade no acesso a serviços públicos.

O CRAS, segundo Florentino e Florentino (2015), atua como um instrumento de Proteção Social Básica, oferecendo serviços como a Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)⁷ e o já citado Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Esses serviços são voltados para a prevenção e superação de riscos sociais, fortalecendo as funções protetivas das famílias e buscando evitar a ruptura de vínculos familiares e comunitários.

A questão social, portanto, está no cerne do trabalho desenvolvido pelo assistente social, que tem como foco os desafios enfrentados por pessoas em condições de vulnerabilidade: a falta de acesso a direitos básicos, como saúde, educação e assistência social, a pobreza extrema e a falta de recursos, além de situações que envolvem discriminação, violência e exclusão. Para Santana *et al.* (2024), o trabalho do assistente social envolve identificar essas questões, promover intervenções, mediar o acesso a políticas públicas e criar estratégias para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias atendidas.

Assim, a relação entre o tema de estudo e a questão social torna-se uma via de mão dupla, pois o Serviço Social existe justamente para responder às necessidades emergentes das populações mais vulneráveis, agindo como um facilitador no acesso a direitos e no enfrentamento das desigualdades sociais que compõem a questão social. No centro do tema deste estudo está a intervenção social com mulheres atendidas pelo CRAS, atividade diretamente ligada à questão social ao abordar as condições de vulnerabilidade dessas mulheres, como pobreza, violência doméstica, desestruturação familiar, desemprego e falta de acesso à educação formal (Krenkel; Moré, 2017). A questão social se manifesta, igualmente, nas dificuldades que essas mulheres enfrentam no cotidiano, como baixa renda, dependência de políticas de assistência social (PBF e BPC), e a ausência de profissionalização, fatores que limitam suas oportunidades de ascensão social e autonomia.

Klöppel *et al.* (2022) enfatizam a necessidade de empoderamento das mulheres por meio de encontros reflexivos e de capacitação. Tais ações visam fortalecer a autonomia e autoestima das participantes, permitindo que elas adquiram mais

⁷ O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são os serviços que, juntamente com o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, os programas, os projetos e os benefícios socioassistenciais, materializam as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social. Evidenciar as especificidades das ações e refletir sobre os pressupostos da articulação entre o PAIF e o SCFV é algo essencial nesse momento, sobretudo se considerarmos que nos últimos anos ambos os serviços têm se tornado referência na garantia de proteção social. Fonte: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acesso em 27.09.2024.

informações sobre seus direitos (exemplificado no desconhecimento da Lei Maria da Penha), e desenvolvam habilidades que possam gerar renda complementar, como os cursos oferecidos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O termo "empoderamento" (*empowerment*) surgiu nos Estados Unidos durante os movimentos pelos direitos civis na década de 1960 e ganhou popularidade em várias esferas, incluindo o feminismo e o desenvolvimento comunitário a partir dos anos 1970 (Soares, 2021). Atualmente, o uso do termo empoderamento se expandiu, especialmente em relação às mulheres, sendo frequentemente associado a bem-estar, participação comunitária e alívio da pobreza. O conceito foi posteriormente incluído nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que sucederam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2015, com metas mais amplas e focadas em erradicar a pobreza até 2030 (Lima, 2021).

No Brasil, as mulheres vêm assumindo papéis importantes como chefes de família, e o empoderamento é visto como essencial para garantir seus direitos e promover mudanças nas suas condições de vida, em consonância com os esforços internacionais para a equidade de gênero (Sousa, 2023). Nesse contexto, as intervenções, temas de estudo desta pesquisa, também buscam trabalhar o empoderamento coletivo, oferecendo espaços de socialização e reflexão, promovendo ações que podem transformar as condições estruturais que perpetuam a desigualdade e a exclusão social.

2.2 Intervenções Sociais no Contexto das Políticas de Apoio à Mulheres em Situação de Vulnerabilidade

Para Musial e Marcolino-Galli (2019), historicamente, a Convenção de Belém do Pará (Brasil, 1994) estabeleceu direitos fundamentais para as mulheres, incluindo o direito à integridade física e moral. Contudo, os serviços de saúde, frequentemente o primeiro ponto de contato para mulheres agredidas, muitas vezes carecem de capacitação e articulação, resultando em uma abordagem fragmentada que não aborda a complexidade do problema.

No âmbito do Serviço Social, as intervenções são plurifacetadas, ocupando-se de questões como a violência doméstica, a precariedade econômica e a falta de acesso à educação (Helene, 2019). Os grupos de apoio e as oficinas realizadas nas comunidades visam proporcionar um espaço seguro para que as mulheres compartilhem experiências, tirem dúvidas e se informem sobre seus direitos. Esse processo de empoderamento é fundamental para que elas se sintam capazes de enfrentar desafios e buscar melhorias em suas vidas.

A relação entre o tema de estudo e a política social que norteia a intervenção no campo empírico da presente pesquisa é fundamental para compreender a complexidade e a relevância do Serviço Social na promoção da autonomia e do fortalecimento das famílias em situação de vulnerabilidade. A análise das famílias atendidas evidencia um quadro alarmante de desestruturação familiar, baixa escolaridade, e dependência de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse cenário é um

espelho das condições sociais e econômicas críticas enfrentadas por muitas comunidades, evidenciando a necessidade de intervenções sociais eficazes.

As políticas públicas, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, desempenham um papel importante ao garantir uma rede de proteção social. No entanto, Gois (2016) explica que, para que essas mulheres realmente consigam se emancipar, é necessário ir além da assistência financeira, promovendo uma educação que inclua o conhecimento de seus direitos e o desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho.

Além disso, as intervenções devem considerar a desestruturação familiar muitas vezes observada, oferecendo suporte não só às mulheres, mas também a suas famílias, conforme explicam Freitas, Júnior e Fig ueiredo (2018). A promoção de vínculos familiares saudáveis e a construção de uma rede de apoio são essenciais para a superação da vulnerabilidade social.

Neste sentido, o PAIF, como parte das políticas sociais, busca atender essas demandas, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ao oferecer um espaço para discussão e acolhimento, os encontros realizados com as mulheres atendidas no CRAS proporcionam uma oportunidade para a conscientização sobre direitos e o enfrentamento de situações de violência e pobreza. Essas ações são essenciais para fomentar a autonomia e a autoestima das participantes, elementos cruciais para a superação da vulnerabilidade social.

As temáticas abordadas durante os encontros, como a violência doméstica e os direitos garantidos pela Lei Maria da Penha, são de extrema importância, pois muitas mulheres relataram a falta de conhecimento sobre os recursos legais disponíveis para protegê-las. A educação e a informação são ferramentas poderosas que, ao serem disponibilizadas, contribuem para o empoderamento dessas mulheres, permitindo-lhes tomar decisões informadas sobre suas vidas e suas famílias.

Além disso, o processo de trabalho do assistente social, como expresso nas práticas realizadas, demonstra a articulação entre teoria e prática no campo do Serviço Social. A influência de abordagens teóricas, especialmente a perspectiva marxista, enriquece a compreensão das dinâmicas sociais e das necessidades das famílias atendidas. A abordagem crítica proposta por essas teorias não só ilumina as condições estruturais que perpetuam a pobreza e a desigualdade, mas também oferece uma base para a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Os resultados dos encontros aludem à efetividade do trabalho realizado, mostrando que, ao proporcionar espaços de socialização e reflexão, o projeto não apenas atende demandas imediatas, mas também planta as sementes para uma transformação social duradoura. As participantes relataram um aumento na percepção de pertencimento e a importância de estarem inseridas em uma rede de apoio, o que fortalece a coesão social e contribui para a construção de um ambiente mais solidário.

Portanto, a intersecção entre o tema de estudo e as políticas sociais não apenas legitima a intervenção do Serviço Social, como também destaca a importância de se trabalhar em conjunto com as comunidades para a construção de uma sociedade que valorize e promova os direitos humanos, a justiça social e a inclusão.

É um chamado à ação para que os assistentes sociais continuem a ser agentes de transformação, articulando recursos e potencializando o empoderamento das mulheres e das famílias atendidas.

O projeto de intervenção no CRAS visou atender famílias em situação de vulnerabilidade social, oferecendo acolhimento e apoio por meio de encontros reflexivos, como já mencionado anteriormente. As mulheres atendidas tinham a faixa etária de 20 a 30 anos em média, sem concluir o ensino médio e sem profissionalização, a maioria sem uma renda fixa, algumas sem moradia própria, e a maioria são beneficiárias do PBF e BPC. Algumas são solteiras e todas têm de três a quatro filhos.

Dessa forma, verificou-se que as principais demandas das famílias incluíam alcoolismo, ausência de renda, pobreza, precariedade no acesso a serviços públicos e desestrutura familiar (Quadro 1). Os participantes eram majoritariamente beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Quadro 1 - Síntese do Processo de Trabalho com as Famílias

Família	Demanda	Processo de Trabalho	Resultados
F01	Alcoolismo	Acolhimento e palestra sobre o tema, encaminhamento à rede de apoio	Passou a participar de todos os encontros
F02	Pobreza	Acolhimento, encaminhamento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Realizou cursos e gerou renda extra para ajudar em casa
F03	Ausência de renda	Acolhimento e participação nos grupos	Realizou cursos de artesanato para ajudar nas finanças familiares
F04	Ausência de renda	Acolhimento e encaminhamento ao Serviço de Convivência	Participou dos encontros e realizou cursos para aumentar a renda familiar
F05	Drogas	Acolhimento e auxílio na busca de ajuda na rede de apoio	Passou a se ausentar nos encontros
F06	Violência	Acolhimento e observação durante os encontros	Realizou curso no Serviço de Convivência
F07	Ausência de renda e desestrutura familiar	Acolhimento, participação nos grupos e palestras	Participou de cursos no Serviço de Convivência para ajudar na renda familiar
F08	Alcoolismo, pobreza e violência	Acolhimento e observação nos grupos	Participou dos encontros e grupos
F09	Pobreza e desestrutura familiar	Acolhimento e participação nos grupos	Participou dos grupos
F10	Violência doméstica e desestrutura familiar	Acolhimento, participação nos grupos e encaminhamento à rede	Sentimento de pertencimento, realizou todos os encaminhamentos e não faltava aos grupos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa (2024)

O Quadro 1 apresenta uma análise do trabalho realizado com as famílias, cada uma enfrentando diferentes demandas socioeconômicas e emocionais, no contexto

de um serviço social ou comunitário. É de suma importância ressaltar que a renda familiar dessas famílias era extremamente baixa, variando de R\$100,00 a R\$500,00 insuficiente para manter uma qualidade de vida estável.

Durante o estágio foram realizados seis encontros com foco em temas como violência, a Lei Maria da Penha, conflitos familiares, entre outros (Quadro 2). Cada encontro ofereceu palestras e atividades reflexivas com o objetivo de promover a conscientização, fortalecimento de vínculos e incentivar a autonomia das mulheres atendidas.

Quadro 2 - Resumo das Intervenções

Data	Temática	Participantes	Resultados/Depoimentos
10/04/2024	Análise das fichas e prontuários	4	Identificação das demandas das participantes para elaboração dos encontros e palestras.
24/04/2024	Encontro de acolhimento e boas-vindas	10	"Muito importantes os encontros e palestras para esclarecer nossas dúvidas"
15/05/2024	Violência e suas consequências	10	"Encontro muito importante, pois não sabia todos os tipos de violência existentes e as consequências drásticas que levam."
29/05/2024	Lei Maria da Penha	10	"Não tinha conhecimento das leis que nos garantem esses direitos." "Essas leis que nos resguardam são muito importantes."
05/06/2024	Conflitos familiares	9	"Muito importante, pois às vezes não sabemos o que fazer em certas situações, principalmente quando envolve filhos."
19/06/2024	Avaliação, encerramento e agradecimentos	9	"Foi muito prazeroso participar desses encontros, muito gratificante". "Melhorou o convívio familiar."

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa (2024)

Durante esse processo dos encontros e intervenções, utilizou-se uma perspectiva reflexiva e de acolhimento, baseada em encontros presenciais e palestras temáticas, como visto no Quadro 2. Para além, o processo de trabalho focou em gerar autonomia para as mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo integração social e fornecendo meios para que elas pudessem melhorar suas condições de vida, mesmo que em pequena escala.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O processo de trabalho do assistente social, como expresso nas práticas realizadas, demonstra a articulação entre teoria e prática no campo do Serviço Social. A influência de abordagens teóricas, especialmente a perspectiva marxista, enriquece

a compreensão das dinâmicas sociais e das necessidades das famílias atendidas. A abordagem crítica proposta por essas teorias não só ilumina as condições estruturais que perpetuam a pobreza e a desigualdade, mas também oferece uma base para a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, no último encontro buscou-se uma reflexão junto às famílias (mas em especial junto às mulheres, que foram as mais assíduas nos encontros), sua percepção sobre o trabalho realizado. A partir dos depoimentos, elaborou-se uma síntese apresentada no Quadro 03, que segue.

Quadro 03: Síntese das avaliações sobre os encontros

Participantes	Percepções
Família 01	<i>achei muito bom....senti que não estou sozinha..</i>
Família 02	<i>...achei muito boa essa iniciativa do projeto, senti que não estou sozinha...</i>
Família 03	<i>...ótima a iniciativa dos encontros, e melhor ainda foram os temas abordados onde tirei muitas dúvidas, sobre algumas inseguranças...</i>
Família 04	<i>...muito bom, isso nos tira um peso de acharmos que somos culpadas pela violência sofrida...</i>
Família 05	<i>...foi bom, tive informações que não sabia sobre meu direito como mulher, e as leis que me acolhe..</i>
Família 06	<i>...é muito bom saber que existe toda essa rede de apoio para nos ajudar a enfrentar essas situações de violência...</i>
Família 07	<i>...foi ótimo tirar dúvidas, e me sentir acolhida...</i>
Família 08	<i>...foi muito bom, melhorou o convívio em casa com meus filhos, em algumas atitudes..</i>
Família 09	<i>...é bom saber que não estou sozinha e que temos toda essa rede de apoio...</i>
Família 10	<i>...é muito bom se sentir acolhida por esses profissionais, por que as vezes me sinto sozinha sem apoio nenhum...</i>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa (2024)

Os resultados dos encontros aludem à efetividade do trabalho realizado, mostrando que, ao proporcionar espaços de socialização e reflexão, o projeto não apenas atende demandas imediatas, mas também planta as sementes para uma transformação social duradoura, como explica Carvalho (2010). As participantes relataram um aumento na percepção de pertencimento e a importância de estarem inseridas em uma rede de apoio, o que fortalece a coesão social e contribui para a construção de um ambiente mais solidário.

Foi possível perceber que, se falar de mulheres é um tema complexo, pelo fato de ainda existir mulheres que se submetem ou vivem em situações não tão favoráveis. Embasando-se nos estudos de gênero e violência, a investigação constatou a realidade de muitas mulheres mães que permanecem submetidas a situações de violência após o acolhimento de seus(suas) filhos(as), por medida de proteção, tendo

seu direito à convivência familiar cerceado, apesar da existência de fortes vínculos afetivos entre eles(as).

A experiência foi evidenciada por duas mães que, embora tenham histórias parecidas, diferentes quanto a motivações da determinação do acolhimento, ao perfil dos agressores e aos desdobramentos do processo. Carvalho (2010, p. 31) explica:

Nas famílias promotoras de violência doméstica, geralmente ocorre a cumplicidade silenciosa entre os cônjuges, tendo caráter repetitivo, ou seja, sem tratamento, elevando os riscos de morte de uma criança que fica com os pais de 50% para 70% frequentemente e o agressor tem como alvo principal um determinado filho, que geralmente é o primogênito. A maioria absoluta dos agressores é de pais biológicos e apenas 10% dos agressores físicos apresentam perturbações psiquiátricas graves, 50% alcoolismo, 30% desorganização familiar e 10% distúrbios de comportamento.

Nessa esteira, em que tradicionalmente o cuidado é determinado socialmente como papel feminino, coloca-se a mãe como responsável pelo cuidado do lar e dos(as) filhos(as), dos mesmos modos destaca-se a visibilidade da situação de violência a qual essas mulheres mães eram submetidas. Nesse sentido, segundo Calheiros e Monteiro (2007, p. 206), a “violência doméstica e o abuso crônico” afetam os comportamentos educativos das mães e a capacidade de dar suporte emocional aos outros, incluindo os próprios filhos. Isso se confirma no relato de mães sobre as diversas formas de violência sofridas ao longo da vida e a (in)capacidade de dedicar afeto e tempo aos filhos.

Nesse contexto, o sistema de proteção social deve integrar em conjunto de ações e intervenções oferecidas a partir de uma análise de abordagem interseccional, a fim de propiciar aos indivíduos e suas famílias condições de superar vulnerabilidades e desigualdades. Trata-se de um grande desafio, visto que historicamente os organismos políticos de administração foram dispostos sob uma noção cortesia que fragmenta as dificuldades em pequenos pedaços, a fim de compreender detalhadamente seu funcionamento e sua composição.

Segundo o Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério da Cidadania o perfil dos(as) usuárias do CRAS⁸, a maioria tem gênero (feminino) e raça (negra) dentre essas mulheres, 71,2% são negras (pretas e pardas). Essas mulheres usuárias do CRAS, 23,7% delas têm até 29 anos e 55% delas tem entre 30 e 59 anos. A média de idade delas é de 43,4 anos e apenas 4,4% dessas mulheres fazem parte de povos e comunidades tradicionais. Elas têm baixa escolaridade, em torno de 12% delas não sabem ler e escrever, somente 7% estão frequentando a escola e quase 56% delas apenas chegaram a cursar no máximo o equivalente ao ensino fundamental, com ou sem concluir.

Ainda de acordo com o referido relatório, essas mulheres usuárias do CRAS que participam do grupo de mulheres do PAIF têm poucos recursos capazes de dotá-las de autonomia econômica e inserção profissional qualificada. Elas não possuem os recursos essenciais para uma inserção profissional qualificada, sendo que a metade

⁸ Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2020/10/4o-BOLETIM-DA-VIGILANCIA-SOCIOASSITENCIAL-PUBLICACAO-10072020.pdf> Acesso em 04.10.2023.

dessas mulheres são responsáveis familiares e recebem o Benefício Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada. Um dos pontos do Serviço Social na questão social é a base de sua fundação como especialização do trabalho. O trabalho torna-se mais amplamente social enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2009). Neste sentido, Faleiros (1987, p. 89) compreende que:

A reconceituação do serviço social não consiste numa revolução linear da assistência à transformação, mas na luta constante pela construção de uma sociedade sem exploração e dominação, mudando-se as relações pessoais, políticas e ideológicas e econômicas nas diferentes instituições da cotidianidade.

Portanto, a intersecção entre o tema de estudo e as políticas sociais não apenas legitima a intervenção do Serviço Social, como também destaca a importância de se trabalhar em conjunto com as comunidades para a construção de uma sociedade que valorize e promova os direitos humanos, a justiça social e a inclusão. De acordo com Iamamoto (2009, p. 56), “Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar, efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”. Trata-se, portanto, de um chamado à ação para que os assistentes sociais continuem a ser agentes de transformação, articulando recursos e potencializando o empoderamento das mulheres e das famílias atendidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o problema de pesquisa que deu origem ao presente estudo - como as intervenções realizadas por programas sociais como o serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) podem efetivamente transformar a percepção e a realidade da violência doméstica, fortalecendo a autonomia das mulheres e garantindo a implementação das políticas públicas de proteção e apoio? - pode-se perceber que os encontros formativos e, principalmente, o acesso à informação podem ser a maior contribuição para a vida dessas mulheres. Neste sentido, o Serviço Social cumpre um papel de grande relevância e o assistente social precisa estar preparado para desempenhar essa função.

Neste sentido, a compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social parte da premissa que decifrar a profissão exige aprendê-la sob um duplo ângulo. Em primeiro lugar, abordar o serviço social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira. Em outros termos, analisar como serviço social no marco das forças societárias com uma especialização do trabalho na sociedade. Mas pensar na profissão é também pensá-la como fruto dos sujeitos que a constroem e a vivenciam, sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematização de sua prática e contribuem na criação de uma cultura profissional.

O importante avanço foi reconhecer que o chão comum tanto do trabalho quanto da cultura profissional é a história da sociedade, a realidade social e cultural, que provoca e questiona os assistentes sociais na formulação de respostas, seja no âmbito do exercício profissional. Além disso, as elaborações intelectuais acumuladas ao longo da história do serviço social constituem saberes que constroem as sistematizações da prática que se reuniu ao longo do tempo.

O assistente social é o profissional que trabalha com as políticas sociais, de corte público ou privado. Entretanto, as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à questão social. As políticas sociais, por si, não explicam a questão social. Contudo, ela é determinante, devendo traduzir-se como um dos pontos-chave da formação e do trabalho profissional.

Importante deixar claro que a questão social, seja no enfoque da violência contra a mulher, como levantado nesta pesquisa, seja em outro(s) aspecto(s), não é aqui focada exclusivamente como desigualdade social ou entre pobres e ricos, muito menos como situação social problema, tal como historicamente foi encarada no serviço social, reduzida as dificuldades do indivíduo. O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese da desigualdade sociais, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade, desigualdade indissociáveis da concentração de renda de prioridade e do poder que são o verso da violência contra essas mulheres da discriminação ou exclusão sociais. Neste sentido, decifrar a questão social é também demonstrar as particularidades nas formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais em relação à questão social.

Como limitações da pesquisa pode-se citar a dificuldade em conseguir conciliar as datas dos encontros, para que todas as usuárias pudessem participar, já que algumas não poderiam comparecer pelo trabalho de casa, outras por causa dos filhos menores, e outras porque estavam desmotivadas devido a algumas situações vivenciadas, como conflitos familiares. Como estudos futuros vislumbra-se intervenções relacionadas com estratégias de autoestima, dicas para o mercado de trabalho e/ou outras estratégias formativas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Socorro David de. **Atuação dos assistentes sociais frente às condicionalidades do programa Bolsa Família no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CNN BRASIL. Justiça brasileira recebe 2,5 mil processos de violência contra a mulher por dia, segundo CNJ. *CNN Brasil*, 07 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-brasileira-recebe-25-mil-processos-de-violencia-contra-a-mulher-por-dia-segundo-cnj/>. Acesso em: 25 set. 2024.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. Boletim Especial, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 22 de out de 2024.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. 2023.

ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. 2020.

FERREIRA, Mirian. **Direitos sociais: direito à moradia**. JusBrasil, 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-sociais-direito-a-moradia/145423551>. Acesso em 22 de out de 2024.

FORTUNATO, Ivan. O relato de experiência como método de pesquisa educacional. *In*: FORTUNATO, Ivan; SHIGUNOV NETO, Alexandre. **Método (s) de Pesquisa em Educação**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018., p. 37-52.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérnago; FLORENTINO, Angra dos Reis. "Plantando sonhos": serviço de convivência e inclusão produtiva do CRAS. **Revista de Educação Popular**, v. 14, n. 2, 2015.

FREITAS, Ester Roza Luz; JUNIOR, Gilmar Antoniassi; FIGUEIREDO, Glória Lúcia Alves. Mulheres donas de casa e o contexto adverso ante o sofrimento resultante da adicção e o ambiente familiar. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 4, n. Suppl1, p. 2-2, 2018.

GOIS, Évelin Lorena Paixão de. **Programa Mulheres Mil: interfaces de gênero na capacitação de mulheres para o mercado de trabalho em Palmas**. 2016.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019.

Instituto Brasileiro de Economia - IBRE - FGV. **Mulheres: responsabilidades aumentam mais que renda**. **Blog da Conjuntura Econômica**, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/mulheres-responsabilidades-aumentam-mais-que-renda>. Acesso em: 22 de out de 2024.

KLÖPPEL, Marina et al. **Inovação social e empoderamento de mulheres agricultoras: o caso do programa Capital Humano e Social da EPAGRI na cidade de Correia Pinto**. 2022.

KRENKEL, Scheila; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Violência contra a mulher, casas-abrigo e redes sociais: revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 770-783, 2017.

LIMA, Marcelino. **Convivência com o Semiárido: mobilizações sociais, políticas públicas e agricultura familiar**. Editora Appris, 2021.

MAIA, Naylma Francisca Azevedo. **Questão social e assistência social: análise do serviço de proteção e atendimento integral à família realizado pelo CRAS Perpétua Magalhães do município de Caucaia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

MUSIAL, Denis Cezar; MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. **O social em questão**, v. 21, n. 44, p. 291-306, 2019.

OLIVEIRA, Juanita Natasha Garcia de. **“Quem não pode com a formiga não atija o formigueiro”**: o Serviço Social e as interfaces da questão social expressas na luta pelo direito à cidade. 2021.

RIBEIRO, Fernanda Sisino. Cotidiano e práxis: particularidades e desafios cotidianos das/os assistentes sociais da Política de Assistência Social. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, 2021.

SANTANA, Gerliane dos Santos et al. **O Serviço Social no terceiro setor: reflexões acerca do trabalho da assistente social na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social**. 2024.

SCHRAIBER, Lília B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 3, p. 13-26, 1999.

SOARES, Yndira Coelho. **Desenvolvimento, Gênero e Empoderamento: uma análise de sua intersecção no sistema ONU**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

SOUSA, Francisca Luzanira de. **As mudanças na vida das mulheres chefes de família mediante o Programa Bolsa Família: uma revisão de literatura (2009 a 2023)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Brasil: FLACSO Sede Brasil.

SOUZA, Emilly Quintanilha Paiva de. **A evolução dos direitos das mulheres na legislação brasileira e os desafios na luta pela igualdade de gêneros: uma (des) construção de dogmas patriarcais**. 2023.